

Crianças nos espaços públicos de lazer da cidade de Fortaleza, estado do Ceará*

Alana Aragão Vasconcelos

Resumo

Desde 2014, após a publicação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPIF), a capital do estado do Ceará vem passando por intervenções urbanas para atender às necessidades do público infantil – como lazer, segurança e contato com a natureza. O embasamento teórico da pesquisa fundamenta-se no conceito Cidade Amiga da Criança por meio de uma revisão integrativa de literatura (RIL). A seguir, realiza-se um estudo da disponibilidade dos espaços públicos de lazer existentes, mediante cruzamento dos dados georreferenciados das áreas mais adensadas por crianças (0 a 12 anos), do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por bairros, dos assentamentos precários e dos equipamentos e espaços públicos de lazer “amigos da criança”, principalmente aqueles instalados de 2014 a 2022. Conclui-se que, para se compreender o conceito Cidade Amiga da Criança, é necessário ouvir e observar as crianças em seus respectivos ambientes. Além disso, destaca-se a importância de dois aspectos: o acesso desburocratizado aos dados públicos e a criação de indicadores que revelem a qualidade das áreas verdes na perspectiva infantil.

Palavras-chave: Cidade Amiga da Criança; espaço público; educação urbana; revisão integrativa de literatura; urbanismo.

* Artigo baseado na dissertação de mestrado *Cidade e criança: estudos de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica do brincante infantil* (Vasconcelos, 2022).

Abstract

Children in public recreational spaces of Fortaleza, Ceará

Following the publication of the Municipal Plan for Early Childhood of Fortaleza (PMPIF) in 2014, the capital of the state of Ceará has been implementing urban interventions in order to meet the needs of children – such as leisure, safety and contact with nature. The theoretical framework is grounded on an analysis of the Child Friendly City concept carried out through an integrative literature review (ILR). Subsequently, an analysis of the availability of existing public recreational spaces was devised, employing georeferenced cross-sectional data of the areas with higher density of children (ages 0-12), Human Development Index (HDI) per neighborhood, as well as the number of precarious settlements and child-friendly public recreational spaces, mainly those established between 2014 and 2022. Lastly, in order to comprehend the concept of a Child Friendly City it is necessary to listen and observe children in their respective environments. Moreover, it highlights the importance of two angles: an easy unbureaucratic access to public data and the development of indicators that reveal qualitative aspects of green spaces from the children's perspective.

Keywords: Child Friendly City; public space; urban education; integrative literature review; urbanism.

70

Resumen

Niños en los espacios públicos de ocio de la ciudad de Fortaleza, estado de Ceará

Desde 2014, después de la publicación del Plan Municipal de Primera Infancia en Fortaleza (PMPIF), la capital del estado de Ceará ha estado experimentando intervenciones urbanas para satisfacer las necesidades de los niños, como el ocio, la seguridad y el contacto con la naturaleza. La base teórica de la investigación se basa en el concepto de Ciudad Amiga de la Infancia a través de una Revisión Integradora de la Literatura (RIL). A continuación, se realiza un estudio de la disponibilidad de los espacios públicos de ocio existentes, mediante el cruce de los datos georreferenciados de las zonas más densamente pobladas por niños (0 a 12 años), el Índice de Desarrollo Humano (IDH) por barrios, asentamientos precarios e instalaciones y espacios públicos de ocio "amigos de la infancia", especialmente los instalados de 2014 a 2022. Se concluye que, para entender el concepto de Ciudad Amiga de la Infancia, es necesario escuchar y observar los niños en sus respectivos entornos. Además, destaca la importancia de dos aspectos: el acceso no burocrático a los datos públicos y la creación de indicadores que revelen la calidad de las áreas verdes desde una perspectiva infantil.

Palabra claves: Ciudad Amiga de la Infancia; espacio público; educación urbana; revisión integradora de la literatura; urbanismo.

Introdução

Na década de 60, o pesquisador francês Philippe Ariès (1986) utilizou o termo “sentimento de infância” para nomear a constatação de que a consciência da particularidade infantil é fruto de construção social. Na Idade Média, as crianças ingressavam na sociedade dos adultos sem distinção destes no que diz respeito ao tipo de tratamento que recebiam, aos trajes que usavam e até ao trabalho que desempenhavam. Ariès relata que essa percepção foi sendo modificada ao longo dos anos por influência, especialmente, de questões religiosas, morais e de saúde. No início do século 20, pesquisadores como Piaget e Vigotski dedicaram-se a estudos sobre desenvolvimento infantil e apresentaram resultados que se tornaram referências para o processo de compreensão da importância de destinar um tratamento diferenciado a esse período da vida humana. Rizzini, Tabak e Sampaio (2018) revelam que a imagem da criança foi sendo transformada em escala global (Quadro 1).

Quadro 1 – Imagem da criança nos códigos internacionais

	ANO				
	1924	1948	1959	1979	1989
CÓDIGOS	Declaração de Genebra dos Direitos da Criança – Liga das Nações.	Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU.	Declaração dos Direitos das Crianças – ONU.	Ano Internacional da Criança – ONU.	Convenção sobre os Direitos da Criança – ONU.
IMAGEM DA CRIANÇA	Crianças são seres vulneráveis, inocentes e são vistas como uma promessa de futuro.	Crianças são objetos de cuidados e atenções especiais.	Adultos precisam proteger as crianças.	Crianças começam a ser consideradas sujeitos de direito.	Criança com direito à participação.

Fonte: Elaboração própria com base em Rizzini, Tabak e Sampaio (2018).

No que compete à legislação brasileira, é possível elencar dois grandes marcos no processo de reconhecimento das crianças como sujeitos sociais de direitos: o princípio da prioridade absoluta,¹ estabelecido na Constituição Federal de 1988, e o direito ao brincar,² definido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que respalda a criação de políticas públicas para promoção de lazer em espaços públicos.

Fazendo um breve resgate histórico, segundo Vieira (2018, p. 41), os primeiros parques infantis (com áreas construídas e espaços livres) foram instalados nas praças

¹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil. Constituição, 1988).

² Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; [...] IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação [...]. (Brasil. Lei nº 8.069, 1990).

públicas brasileiras em meados da década de 30, na cidade de São Paulo, quando o Departamento de Cultura estava sob a direção de Mário de Andrade que tinha o ideal de promover a assistência moral e cultural a jovens e crianças das camadas mais pobres da população. Nessa mesma época, a cidade de Fortaleza, capital do Ceará, inaugurava o seu primeiro jardim de infância público no Parque da Liberdade, que, devido ao novo uso, recebeu o nome de Cidade da Criança. Esse foi, possivelmente, o primeiro espaço público de Fortaleza que contemplou o uso lúdico por parte da população infantil, pois, as praças até então existentes não dispunham de parques infantis.

Nos últimos anos, a cidade de Fortaleza segue apresentando iniciativas importantes relacionadas a políticas públicas voltadas às crianças. Em 2005, instituiu-se o Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente³ e, em 2014, foi pioneira na publicação de um Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), o qual se encontra na segunda edição. Dessa forma, parte-se da hipótese de que Fortaleza não se situa mais na estaca zero quanto ao tema Cidade Amiga da Criança. Logo, esta pesquisa têm o objetivo de compreender o significado desse conceito internacional, a identificar o nível de alinhamento de Fortaleza com essa definição e a analisar o atual cenário da capital cearense no que diz respeito ao acesso da população infantil aos espaços públicos que consideram suas necessidades, como lazer, segurança e contato com a natureza.

Revisão sistemática de literatura

Foram utilizados critérios explícitos para busca e análise crítica por meio do método de Revisão Integrativa de Literatura (RIL), desenvolvido em seis etapas, conforme detalham Botelho, Cunha e Macedo (2011).

O primeiro passo foi determinar “Cidade Amiga da Criança” como tema, escolher o operador lógico *booleano* “AND” e definir as seguintes palavras-chaves em português: criança AND cidade; criança AND Fortaleza; criança AND espaço público; criança AND praça; criança AND parque; e, em inglês: *child AND public space; child-friendly AND city; child AND square; child AND city; child AND park*.

Na segunda etapa, foi estabelecido como critério de inclusão que os artigos tratassem, preferencialmente, sobre planejamento urbano. Dessa maneira, foram eliminados aqueles que não cumpriam os seguintes requisitos:

- a) idiomas: inglês e português;
- b) busca por: artigos;
- c) período: últimos cinco anos (2015–2020);
- d) filtrado por pares; e
- e) exclusão de publicações repetidas.

³ Sobre o processo, as críticas e as conquistas do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente de Fortaleza, ver Soares (2011).

As buscas dos artigos foram feitas entre os meses de outubro e dezembro de 2020, na plataforma de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e de todos os resultados encontrados, passaram para a etapa de filtragem os 100 primeiros artigos, considerando esta ordem de leitura: 1) título; 2) resumo; e 3) conteúdo.

Assim, na terceira etapa, selecionaram-se 32 artigos, os quais foram analisados com o auxílio do método *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis (Prisma)*. Para isso, foi estruturada uma tabela em *Excel* com os tópicos: título; resumo; objetivo; objeto de estudo; métodos; resultados; discussão – entre outros.

Na quarta etapa, as publicações foram classificadas em três grupos (Figura 1): totalmente relevante; parcialmente relevante; e pouco relevante.

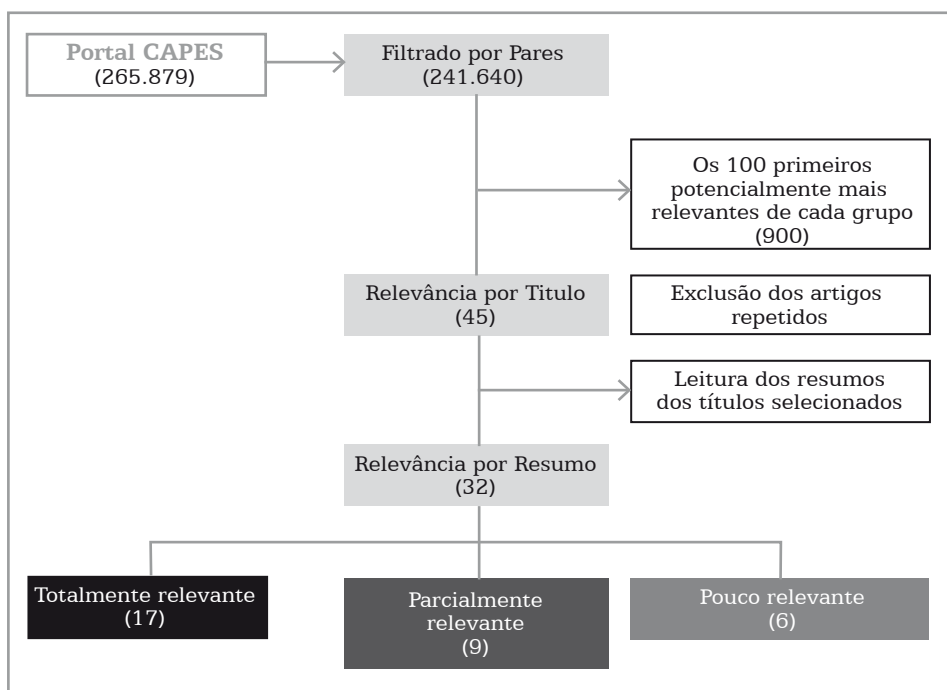


Figura 1 – Critérios de inclusão e exclusão da busca de artigos dentro do Portal de Periódicos Capes – 2015-2020

Fonte: Vasconcelos (2022, p. 31).

A análise e interpretação dos dados, quinta etapa, consta no item a seguir, em que há, também, a articulação com obras clássicas, cujo acesso foi possível graças à leitura dos 32 artigos. Nas considerações finais do texto, enfim, o sexto passo consiste na síntese do conhecimento.

Em busca do conceito Cidade Amiga da Criança

A expressão *Child Friendly Cities* dá nome à iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que oferece suporte aos governos municipais na aplicação da Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989. O programa teve origem na II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) da década de 90, na qual foi declarado que o bem-estar das crianças é um indicador de saúde de todos. Em uma das primeiras publicações sobre o tema, a Unicef (2004, p. 4) estabeleceu nove blocos de construção necessários para criar uma Cidade Amiga da Criança, dos quais deve resultar uma estrutura política sólida que prevê: orçamento específico, agenda, apoio de instituições não governamentais e, em destaque, participação ativa das crianças nas questões cidadãs que as afetem, ouvindo e respeitando seus pontos de vista ao longo de todo o processo.

Todavia, Alarasi, Martinez e Amer (2015, p. 438) indicam que um dos primeiros estudos envolvendo crianças e adolescentes na avaliação do seu ambiente local de vida foi realizado pelo arquiteto norte-americano Kevin Lynch, na década de 70, na pesquisa *Children's Perception of the Environment*, que durou cerca de quatro anos e serviu de base para o *Growing Up in Cities (Guic)*, projeto financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Anos depois, em meados da década de 90, um grupo multidisciplinar de pesquisadores, liderado pela professora norte-americana Louise Chawla, comprometeu-se a dar continuidade aos estudos de Lynch, lançando o projeto *Growing Up in an Urbanising World*, com publicação homônima em 2002, que registrou uma investigação realizada entre 1996 e 1998, cujo resultado foi a sistematização de indicadores de qualidade ambiental na perspectiva de crianças de oito cidades de diferentes contextos socioculturais: Varsóvia, Polônia; Buenos Aires, Argentina; Northampton, Reino Unido; Melbourne, Austrália; Trondheim, Noruega; Oakland, Estados Unidos da América; Johannesburg, África do Sul; e Bangalore, Índia (Figura 2).

74

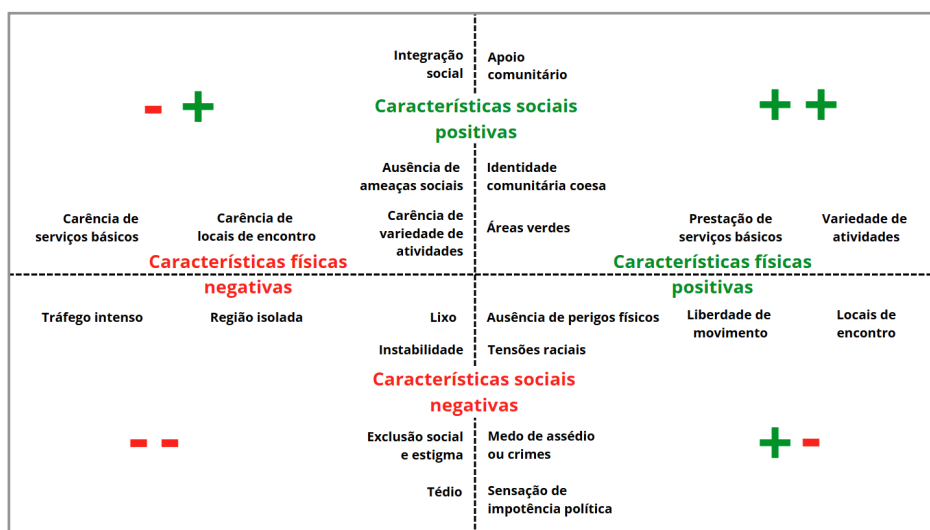


Figura 2 – Indicadores de qualidade ambiental na perspectiva de crianças de 10 a 15 anos de idade

Fonte: Com base em Chawla (2002, p. 228 *apud* Alarasi; Martinez; Amer, 2015, p. 439) – tradução nossa.

Os indicadores abordam aspectos físicos e sociais do ambiente e são dispostos em polaridades, onde as condições ideais estão localizadas na posição oposta das condições desfavoráveis. Segundo Chawla (2002), houve congruência de valores expressos nas falas de crianças de diferentes regiões, as quais enfatizavam a importância do acesso justo às condições básicas de saúde e bem-estar, objetivando qualidade social, cultural e ambiental. Assim, esses indicadores descrevem lugares onde pessoas de todas as idades podem se reunir e interagir com sensação de segurança e liberdade, realizando atividades e costumes que expressam suas identidades.

Na revisão, foi possível perceber que os estudos de Lynch e de Chawla continuam sendo citados como referência de metodologia. No entanto, ainda que há décadas exista o esforço de se chegar a uma definição universal do conceito Cidade Amiga da Criança, não há um modelo único para ser seguido (Masri, 2018, p. 899) e um dos motivos disso está no próprio termo “criança”, o qual James e James (2004, p. 14) afirmam ser um termo genérico, uma espécie de rótulo que reduz as crianças a agentes sem a capacidade de contribuir de forma individualizada sobre assuntos que lhes dizem respeito.

Logo, para compreender a realidade de cada contexto, seria preciso oferecer condições de escuta e de observação às crianças em seus territórios. Entre os artigos da revisão, foi identificada uma série de aplicações da técnica “observação participante”, capaz de registrar comportamentos que podem revelar preferências das crianças no espaço público de lazer. A pesquisa da brasileira Tissot (2016, p. 43) identificou que, quando inseridas em ambientes externos, as crianças participantes manifestaram preferir brincar com elementos e em espaços naturais ao invés de brinquedos estruturados, os quais servem mais como indicativo de que, naquele espaço, elas são bem-vindas. Pitsikali, Parnell e McIntyre (2020, p. 157) realizaram estudos com crianças de 5 a 12 anos em Atenas, na Grécia, e também constataram que, muitas vezes, elas não brincam dentro dos limites do parquinho. Entretanto, complementam que a presença de parquinhos é, em diversas situações, um fator decisivo na hora de os cuidadores escolherem a quais espaços públicos levar as crianças.

O brincar sempre foi fundamental na construção das mais variadas competências motoras, relacionais e culturais que, desenvolvidas nas crianças de forma natural e espontânea, tornam-se a base sólida de um mundo progressivamente melhor (Amado; Almeida, 2017, p. 113). Porém, cabem os questionamentos:

- “quais são os lugares próprios das infâncias nas cidades (contemporâneas)” (Dias, 2018, p. 106)?
- onde estão localizados?
- quais são as condições deles?

Fortaleza contemporânea: espaços e equipamentos públicos infantis

Fortaleza, capital do estado do Ceará, é uma cidade litorânea que, atualmente, ocupa a sétima posição no *ranking* das cidades brasileiras com maior desigualdade de renda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), fato

visível no território. No Mapa 1, estão indicados o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por bairro, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2021), e os assentamentos precários, áreas onde residem cerca de 40% da população, o que corresponde a mais de 12% do espaço demográfico (Silva; Nóbrega; Cidrão, 2021, p. 1037).

Com base no Censo de 2010, projeções feitas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza estimam que a população total, em 2021, seria de 2.703.391 habitantes (Fortaleza. SMS, [2022]), sendo 19% formada por crianças (0 a 12 anos). Assim, ao sobrepor as informações dos Mapas 1 e 2, é possível afirmar que grande parte das crianças está concentrada na região oeste (bairros Barra do Ceará e Vila Velha) e sudoeste (bairros Canindezinho, Parque São José, Manoel Sátiro), as quais são áreas de baixo IDH e de grande concentração de assentamentos. Sobre essa realidade constatada, Sarmento (2018, p. 236) afirma que “as crianças pobres, que vivem nas periferias mais ou menos desqualificadas, confinadas em ‘bairros sociais’ ou em favelas, onde passam a totalidade do seu tempo, são as mais afetadas pela dualização social do espaço”.

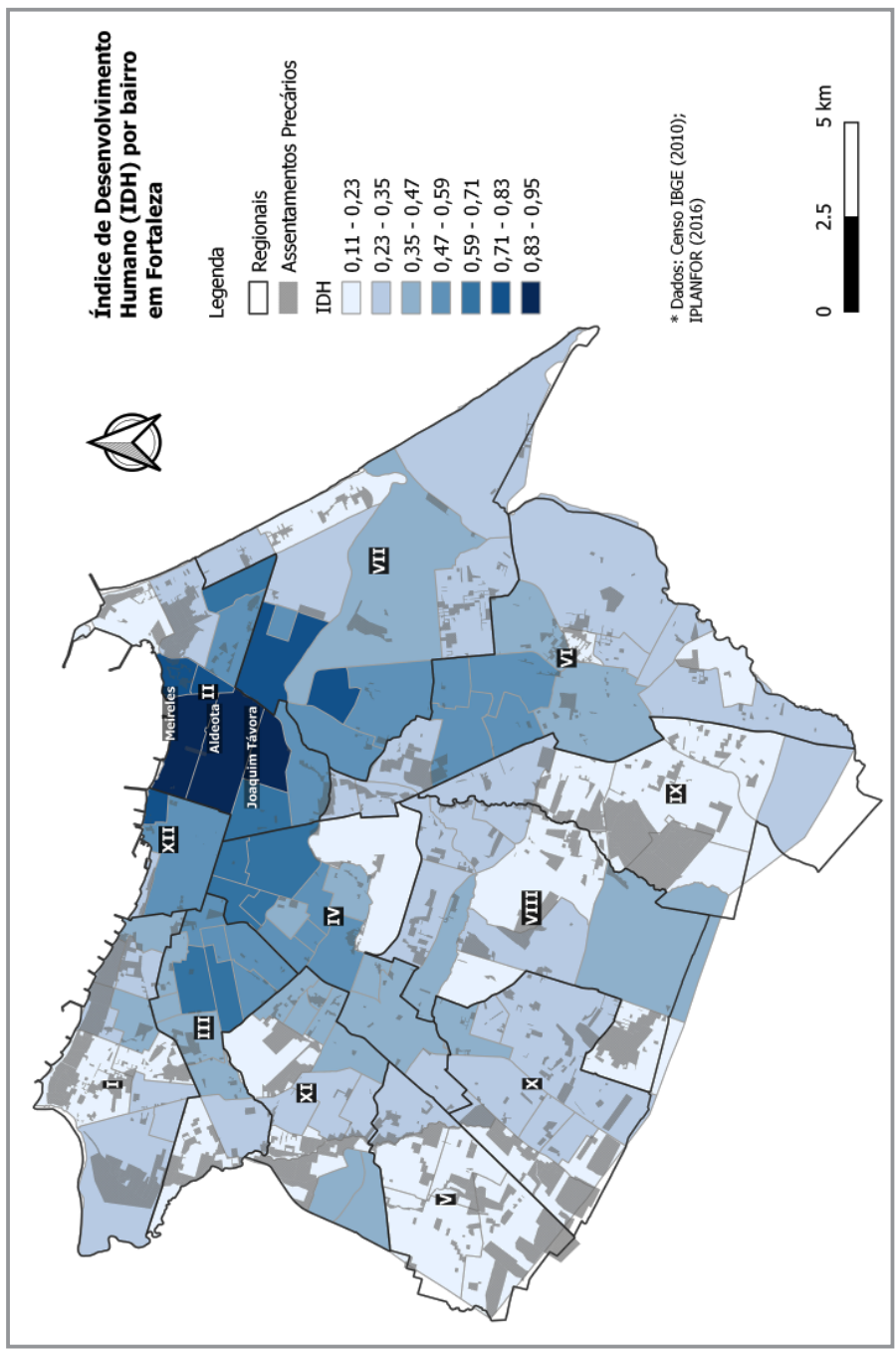
Um ponto que ganha destaque na revisão, quando se busca conceituar Cidade Amiga da Criança, são as “áreas verdes”. Segundo a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza (Lei Complementar nº 236/2017), área verde seria “o percentual da área objeto de parcelamento destinada exclusivamente a praças, parques e jardins para usufruto da população” (Fortaleza, 2017, p. 87). Considerando o indicador “População a 15 minutos de áreas verdes”, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB, [2021], p. 20), foi elaborado um mapa de calor das áreas de interseção entre raios de um quilômetro partindo dos pontos centrais das áreas verdes de Fortaleza⁴ (Mapa 3).

Há diferentes índices utilizados na análise de áreas verdes urbanas (Queiroz; Carvalho, 2019), porém, poucos deles consideram variáveis qualitativas como segurança, acessibilidade e ludicidade, por exemplo. Na revisão realizada, não foram identificadas pesquisas que propusessem formas de mensurar a real disponibilidade de áreas verdes nas cidades para o público infantil.

Outro ponto é que as praças de Fortaleza, assim como as das demais cidades brasileiras, até o início da década de 30, não dispunham de equipamentos de lazer infantil. O espaço pioneiro, nesse sentido, foi o Parque da Liberdade, atual Cidade da Criança, que em 1938 passou a sediar o primeiro jardim de infância público. Desde a publicação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza, em 2014, a prefeitura passou a investir com mais veemência nesse público. Atualmente, há alguns programas que têm entre seus objetivos instalar mobiliários lúdicos, como é o caso dos projetos Areninhas, Brinquedopraças e Microparques Urbanos.⁵ Esses projetos e os parquinhos convencionais foram sistematizados em dados georreferenciados a fim de compreender a disponibilidade dos equipamentos públicos infantis de Fortaleza (Mapa 4). O Quadro 2 revela a concentração de equipamentos públicos de lazer por áreas verdes existentes em cada Secretaria Executiva Regional (SER) de Fortaleza.

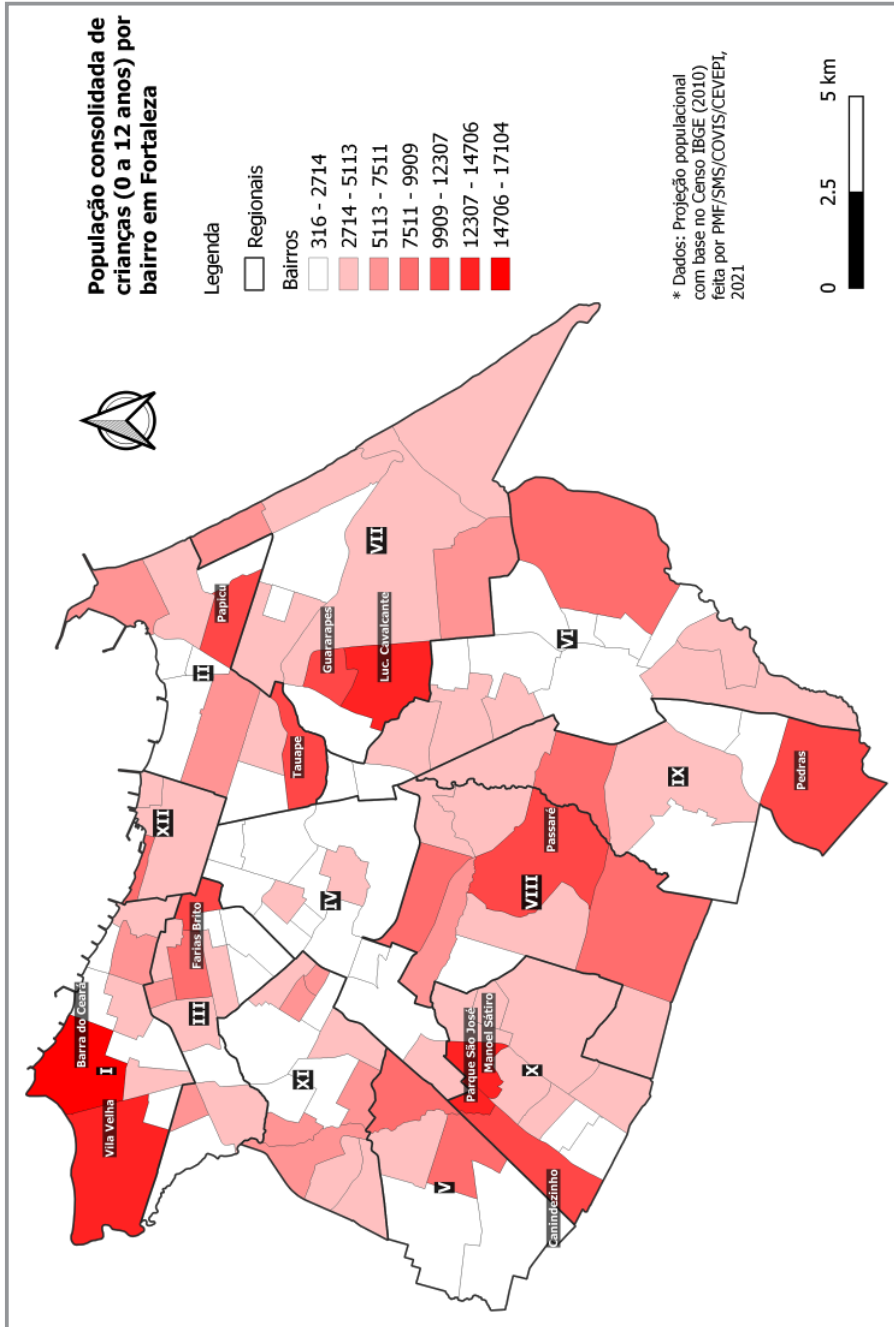
⁴ Para elaboração desse mapa, foram utilizados os arquivos da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma): “Praças e Largos” e “Parques Urbanos”, em formato KMZ, do Canal Urbanismo e Meio Ambiente (Fortaleza. Seuma [2022]).

⁵ Mais detalhes sobre os projetos Areninhas, Brinquedopraças e Microparques Urbanos em Vasconcelos (2022).



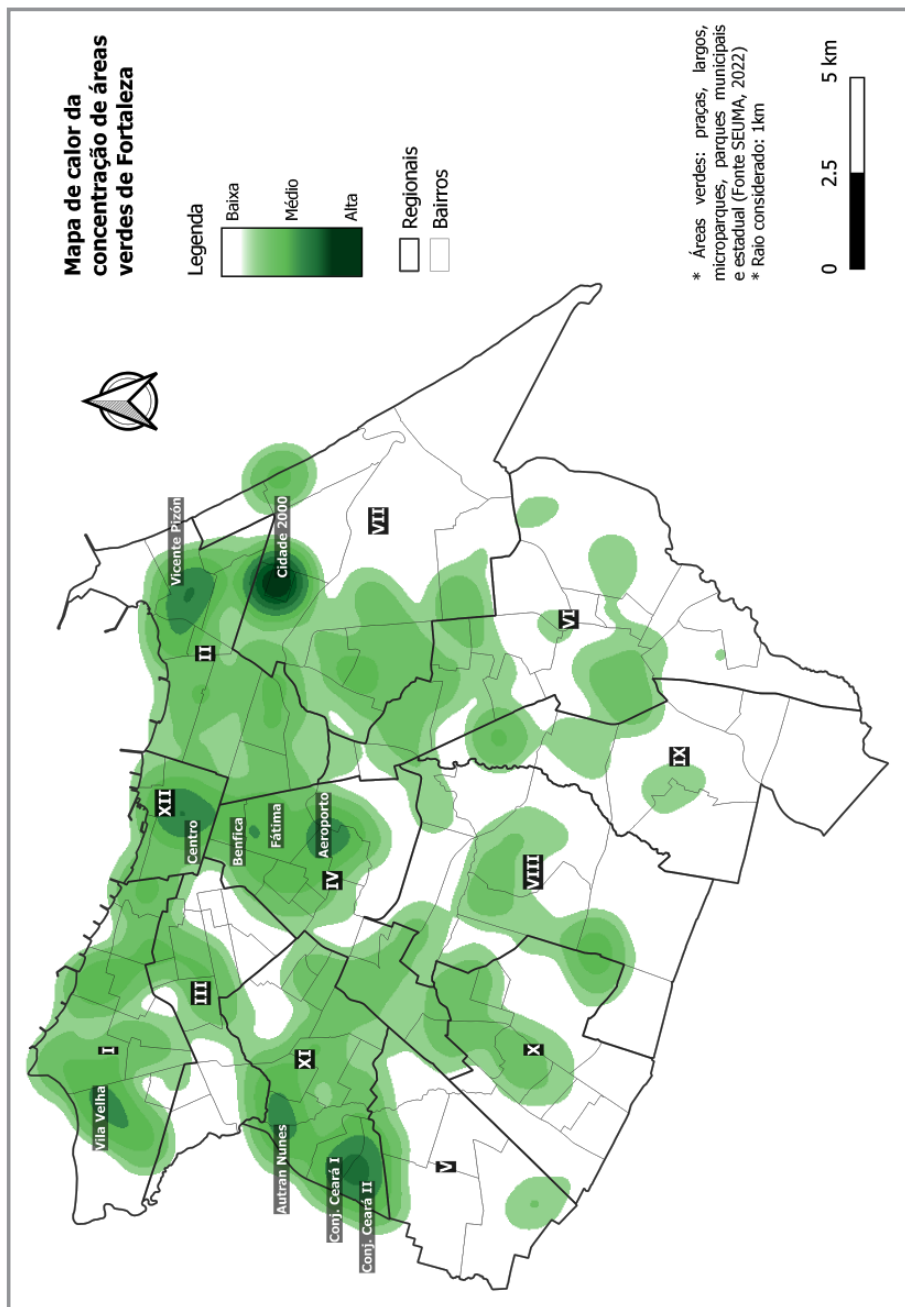
Mapa 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por bairro – Fortaleza

Fonte: Vasconcelos (2022, p. 85).



Mapa 2 – População consolidada de crianças (0 a 12 anos) por bairro – Fortaleza – 2021

Fonte: Vasconcelos (2022, p. 85).



Mapa 3 – Mapa de calor de concentração de áreas verdes – Fortaleza – 2022

Fonte: Vasconcelos (2022, p. 81).

Regional	População 0 a 12 anos ¹	Espaços públicos com parquinho ²	Areninhas ³	Brinquedopraças ²
SER 1	54249	48%	12	6
SER 2	45263	48%	5	2
SER 3	50744	39%	5	0
SER 4	25430	36%	5	4
SER 5	26246	14%	6	2
SER 6	44682	54%	9	6
SER 7	57492	28%	5	2
SER 8	49099	46%	13	1
SER 9	30649	53%	12	1
SER 10	64623	54%	12	1
SER 11	51010	43%	8	5
SER 12	18323	19%	0	1
TOTAL	517810	40%	92	31

Quadro 2 – Equipamentos públicos de lazer para crianças por Secretaria Executiva Regional – Fortaleza

Fonte: Vasconcelos (2022, p. 95).

Notas: 1 Fortaleza. Secretaria Municipal de Saúde (SMS). (2022).

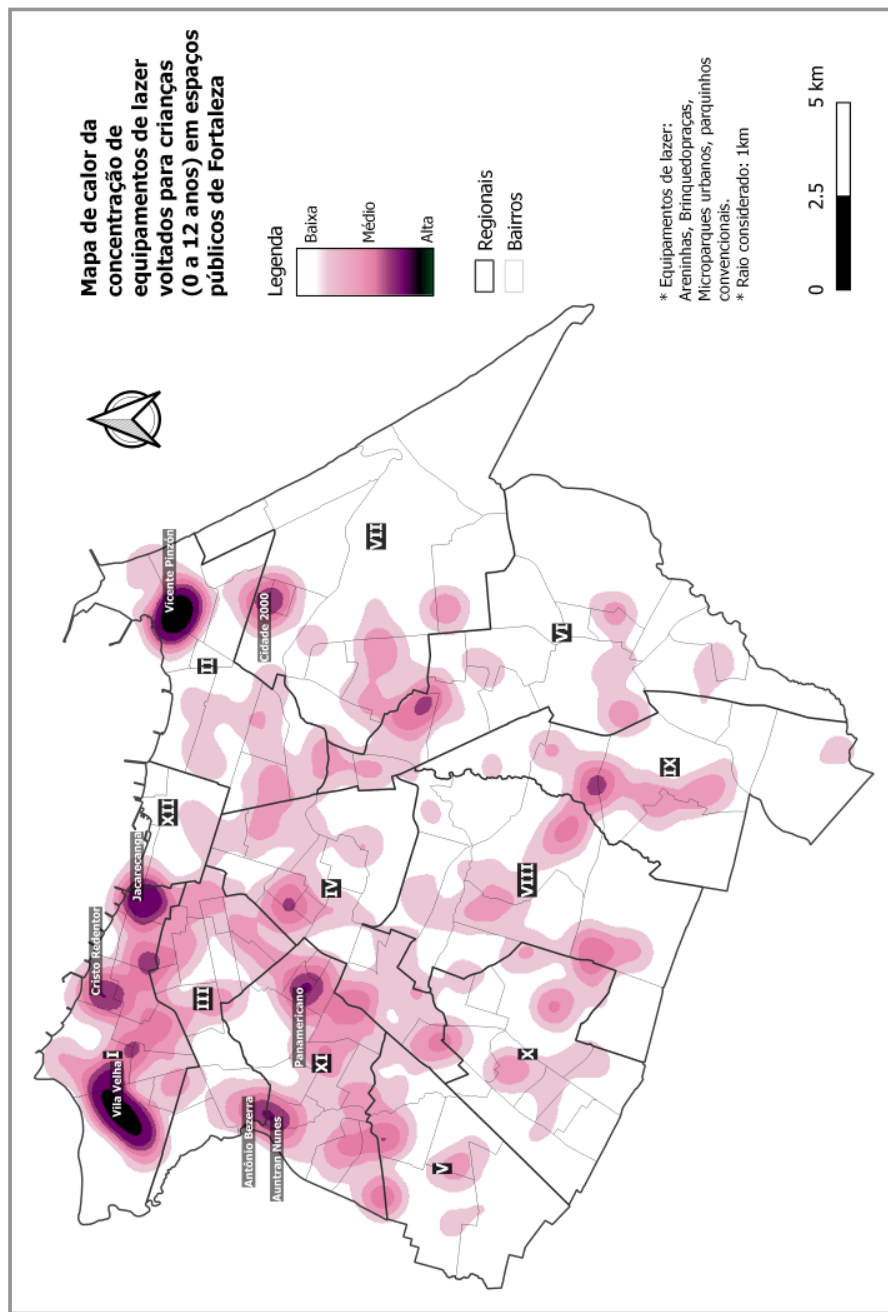
2 Fortaleza. Secretaria Municipal da Gestão Regional (SMGR), 2022.

3 Compatibilização de dados feita pela autora a partir de:

a) Fortaleza em Mapas; Canal Urbanismo e Meio Ambiente (Fortaleza. Seuma, 2022).

b) Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (Fortaleza. Seuma, [s.d]).

c) Dados da Secretaria Municipal da Gestão Regional (Fortaleza. SMGR, 2022).



Mapa 4 – Mapa de calor da concentração de equipamentos de lazer voltados para crianças (0 a 12 anos) em espaços públicos – Fortaleza – 2022

Fonte: Elaboração própria com base em dados de: Fortaleza em Mapas, Canal Urbanismo e Meio Ambiente (Fortaleza, Seuma, 2022), Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (Fortaleza, Seuma, [s.d.]) e Secretaria Municipal da Gestão Regional (Fortaleza, SMGR, 2022).

Com base na leitura do Mapa 4, o bairro Vila Velha, localizado na SER 1, identificado no Mapa 3 como uma das regiões de maior concentração de crianças, é também apontado como o de maior concentração de equipamentos infantis. Esse panorama, segundo o indicador “Parquinhos infantis” (IAB, [2021], p. 20), seria uma realidade favorável para conceituar Fortaleza como uma Cidade Amiga da Criança. Porém, ainda que essa seja uma constatação otimista, é preciso realizar análises qualitativas das tipologias desses *playgrounds* e refletir sobre de que forma elas vêm estimulando a criatividade das crianças, tendo em vista que, de acordo com Lima (1989), os lugares para criança devem integrar o maravilhoso, o imaginário e o espontâneo, sendo suficientemente pensados para estimular a curiosidade e a imaginação da criança, mas incompletos o bastante para que ela se aproprie e transforme esses espaços por meio da sua própria ação.

Considerações finais

Os resultados da revisão integrativa de literatura (RIL) sobre Cidade Amiga da Criança mostraram que, embora o conceito tenha se apresentado plural, variando a depender de questões culturais, sociais e econômicas, possui eixos norteadores no que diz respeito a condições de segurança, ludicidade, acessibilidade e acesso à natureza.

No caso de Fortaleza, a urbanização das pequenas áreas verdes remanescentes de loteamentos urbanos vem sendo uma estratégia adotada para garantir o acesso ao verde e ao brincar, especialmente, às crianças residentes nas regiões de menor IDH, onde essa faixa etária está concentrada. Os espaços de brincar vêm multiplicando-se mediante a distribuição de *playgrounds* no formato convencional, mas também com inovações educativas (Cidade da Criança) e naturalizadas (Microparques Urbanos). Assim, Fortaleza vem aprimorando-se em ser uma cidade construída “para” as crianças. No entanto, em relação aos projetos analisados na pesquisa, a capital cearense precisa avançar em processos de escuta para que possa ser uma cidade construída “com” as crianças. Os estudos teóricos da RIL apontam a urgência de se desprender da crença de que a perspectiva adulta, de forma autônoma, representa o caminho mais assertivo e de reconhecer que a perspectiva infantil é capaz de revelar sutilezas “invisíveis aos olhos cansados” dos adultos.

Por fim, recomenda-se que o poder público invista em levantamentos de dados intersetoriais, por meio de parcerias com instituições de pesquisa, visando à construção de um banco de dados com painéis acompanhados de análises diagnósticas de fácil leitura, de acesso público e atualizados em tempo real. Para as organizações de ensino, essas devem fomentar debates na área e ofertar grupos de estudos sobre espaços e indicadores de áreas verdes amigas das crianças.

Tendo em vista as diferentes infâncias, espaços e formas de ocupar a cidade, apresentou-se, aqui, um amplo campo de perspectivas de investigação com possibilidades de aprofundamento em recortes, como pesquisas que busquem entender como seria um espaço amigo para crianças com deficiência, por exemplo. Diante desses esforços científicos, acredita-se que será possível construir, paulatinamente, embasamentos para a consolidação realista de cidades amigas das crianças no mundo.

Referências bibliográficas

- ALARASI, H.; MARTINEZ, J.; AMER, S. Children's perception of their city centre: a qualitative GIS methodological investigation in a Dutch city. *Children's Geographies*, [Abingdon, England], v. 14, n. 4, p. 437-452, Nov. 2015.
- AMADO, J.; ALMEIDA, A. C. Políticas públicas e o direito de brincar das crianças. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 3, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317127078_POLITICAS_PUBLICAS_E_DIREITO_DE_BRINCAR_DAS_CRIANCAS/fulltext/59281ff5aca27295a8052523/POLITICAS-PUBLICAS-E-DIREITO-DE-BRINCAR-DAS-CRIANCAS.pdf. Acesso em: 1 maio. 2023.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10515/o-metodo-da-revisao-integrativa-nos-estudos-organizacionais>. Acesso em: 1 maio. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563.
- CHAWLA, L. (Ed.). *Growing up in an urbanising world*. London: Earthscan; Unesco, 2002.
- DIAS, M. S. Em busca dos espaços públicos de brincar: um estudo das infâncias contemporâneas na cidade de Vitória-ES. *PosFAUUSP*, São Paulo, v. 25, n. 45, p. 102-117, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/111550>. Acesso em: 1 maio. 2023.
- FORTALEZA (Município). Lei Complementar nº 236, de 11 de agosto de 2017. Dispõe sobre o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no município de Fortaleza, e adota outras providências. Fortaleza, ago. 2017. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/445-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-lei-n-236-2017>. Acesso em: 1 maio 2023.

FORTALEZA (Município). *Fortaleza em mapas*. Fortaleza, [s. d.]. Disponível em: <https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Saúde (SMS). *População consolidada por bairro segundo a faixa etária*. Fortaleza, [2022]. Disponível em: https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/populacao/faixa?ano_pop=2021&faixaEtaria=1&modo=bairro®ional=. Acesso em: 24 ago. 2023.

FORTALEZA. Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma). *Canal Urbanismo e Meio Ambiente: Arquivos KMLs e KMZs*. Fortaleza, [2022]. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/11-arquivos-kml-s-e-kmz-s>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FORTALEZA. Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma). *Canal Urbanismo e Meio Ambiente: Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano*. Fortaleza, [s. d.]. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/383-fundo-municipal-de-desenvolvimento-urbano-fundurb>. Acesso em: 24 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Projeções da população: Brasil e unidades da Federação*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Série Relatórios Metodológicos, v. 40).

84

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). *Diretrizes para desenho urbano*. São Paulo: Fundação Bernard van Leer, [2021]. (Bairros Amigáveis à Primeira Infância, 3). Disponível em: https://site.arbo.org.br/wp-content/uploads/2021/03/iab-guia_3-web-reduzido.pdf. Acesso em: 1 maio 2023.

JAMES, A.; JAMES, A. L. *Constructing childhood: theory, policy and practice*. London: Palgrave Macmillan, 2004.

LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989. (Coleção Cidade Aberta).

LYNCH, K. *Growing up in cities*. London: The MIT Press; Unesco, 1977.

MASRI, S. S. Integrating youth in city planning: developing a participatory tool toward a child-friendly vision of Eastern Wastani-Saida. *Alexandria Engineering Journal*, Alexandria, Egypt, v. 57, n. 2, p. 897-909, June 2018.

PITSIKALI, A.; PARNELL, R.; MCINTYRE, L. The public value of child-friendly space: reconceptualising the playground. *Archnet-IJAR: International Journal of Architectural Research*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 149-165, 2020.

QUEIROZ, D. A. H. O.; CARVALHO, S. M. Avaliação da qualidade das áreas verdes urbanas de Ponta Grossa, PR, Brasil. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 217-236, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/13451>. Acesso em: 1 maio. 2023.

RIZZINI, I.; TABAK, J.; SAMPAIO, E. *O bem-estar da criança e o direito à participação na América Latina*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/site/collections/document/1471#>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SARMENTO, M. J. Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Educação*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-240, maio/ago. 2018.

SILVA, A. A. B.; NÓBREGA, A. C. O.; CIDRÃO, T. V. Os assentamentos precários em Fortaleza: um breve panorama da qualidade de vida dos excluídos. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1023-1051, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/64644/41047> Acesso em: 1 maio. 2023.

SOARES, L. B. Formação conceitual em crianças participantes do Orçamento Participativo de Fortaleza. *Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 43-59, 2011.

TISSOT, K. N. S. A. A criança e a cidade: percepções e memórias infantis sobre Pelotas (RS). *Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, Grajaú, MA, v. 2, n. 6, p. 33-59, maio/ago. 2016.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Building child friendly cities: a framework for action*. Florence, Italy, 2004. Available in: <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/cfc-framework-eng.pdf>. Access in: May 2023.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Child friendly cities and communities: handbook*. Geneva, Switzerland, 2018. Available in: <https://www.unicef.org/eap/reports/child-friendly-cities-and-communities-handbook>. Access in: May 2023.

VASCONCELOS, A. A. *Cidade e criança: estudos de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica brincante infantil*. 2022. 218 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Design) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69800>. Acesso em: 18 out. 2023.

VIEIRA, A. B. S. *Mobiliário urbano no espaço público para o lazer infantil: uma reflexão no contexto da "academia da primeira idade" na cidade de São Paulo*. 2018. 251 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-25092018-163911/publico/MEandreadebritostefanellivieira_rev.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

Alana Aragão Vasconcelos, mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Didática e Formação Docente (Geped), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Núcleo de Interações, Diálogos e Observações sobre as Infâncias e suas Espacialidades (Nido), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa).

alanaavasconcelos@gmail.com

Recebido em 4 de maio de 2023

Aprovado em 3 de agosto de 2023